



Apesar das consideráveis convulsões financeiras dos últimos anos, a Fundação tem sido capaz de manter uma filosofia de funcionamento baseada na efectiva implementação de mecanismos de solidariedade interna, mecanismos que permitiram manter estáveis os fluxos de pagamento apesar da descontinuidade dos recebimentos contratualizados com entidades externas. Para além dos benefícios decorrentes da investigação realizada, essa estabilidade beneficiou directamente os bolsеiros e demais contratados associados a projectos da FCT.

Ocasionalmente foi necessário emitir alertas de contenção (apenas um foi emitido pela actual Administração, já em 2011), sempre que se verificaram anomalias das transferências financeiras da FCT para a Fundação. Mau grado alguma insatisfação de investigadores que não tinham problemas com os saldos dos respectivos projectos, esses alertas não penalizaram significativamente a execução material dos projectos, pois a maioria dos investigadores adiou naturalmente o que podia adiar e executou o que era absolutamente necessário e prioritário.

Nos últimos meses, todavia, a instabilidade financeira geral afectou também a FCT, cujo ritmo de pagamentos diminuiu, existindo actualmente uma “dívida” para com a FFCUL superior a 2 M€ decorrente de:

- cerca de 1.2 M€ de pedidos de pagamento (PP) de projectos do concurso de 2008, já entregues à FCT mas ainda não analisados ou pagos pela FCT à Fundação;
- 1.65M€ de Gastos Gerais relativos ao ano de 2010 e 1º Semestre de 2011, correspondentes a uma despesa directa de 9.31M€, que só será reportável após validação da despesa directa pela FCT.

Nestes termos, e sem prejuízo de estarmos a fazer toda a pressão possível para desbloquear as transferências devidas a 2008 e acelerar a emissão de PP devidos a 2010, a Fundação não pode deixar de alterar significativamente a sua filosofia de funcionamento, mesmo com o risco de ser confrontada com uma situação de tesouraria que pode pôr em perigo a sua própria existência.

Assim, na salvaguarda e no respeito pelos contratos assinados, nos interesses dos investigadores em quem as diversas entidades financiadoras confiaram para execução de projectos e serviços de I&D em nome dos quais a Fundação assumiu compromissos contratuais, o Conselho de Administração determina que, a partir do mês de Outubro, apenas serão processadas despesas para as quais o respectivo Centro de Custo (CC1) tenha saldo positivo. A Fundação aceitará todavia que o Investigador Principal (IP1) de um projecto com saldo negativo identifique um CC alternativo (CC2) que disponibilize os montantes necessários ao CC1, através de uma declaração assinada pelo respectivo responsável (IP2).

R

Lamentamos informar que a regra do parágrafo anterior se irá aplicar a **todas as categorias de despesa, incluindo o pagamento de bolsas e contratos de trabalho**, cuja estabilidade e regularidade não pode mais ser assegurada, nas actuais circunstâncias financeiras que a todos afecta, e que pode levar inclusivamente à denúncia de contratos de bolsa nos termos contratuais.

Apenas os projectos do concurso de 2006, actualmente em encerramento e praticamente todos já executados a 100%, prosseguirão normalmente, por ser prioritário recolher a totalidade da receita contratualizada, designadamente o pagamento final de 10%. A título de informação acrescentamos de que o montante necessário para concluir estes projectos, até 31/12/2011, será de 437.842€

Numa instituição privada sem fins lucrativos cujas receitas são totalmente consignadas à execução de projectos, os mecanismos de solidariedade financeira são indispensáveis, para fazer face à necessidade de demonstrar primeiro a despesa para depois se ser ressarcido. Como se referiu, os projectos dos concursos de 2006, 2008 e 2010 encontram-se em fases distintas e têm de ser objecto de formas distintas de intervenção. Os encargos elevadíssimos com bolsas, associados a uma cultura de regularidade dos respectivos pagamentos, pode todavia fazer ruir a instituição se não existirem mecanismos de entre-ajuda explícitos entre investigadores. Alertam-se portanto os investigadores, em concursos actuais ou futuros, para os riscos financeiros decorrentes de uma excessiva contratação de bolseiros, que podem impedir a Fundação de assinar futuros contratos desta natureza sem salvaguardas prestadas por outros centros de custo sem problemas de liquidez.

O Conselho de Administração da Fundação alerta ainda todos os investigadores (seja individualmente, seja organizados em unidades de algum tipo) para a utilidade / necessidade de disporem de uma carteira de financiamentos externos diversificada, que inclua igualmente projectos internacionais e contratos de prestação de serviços - cuja gestão financeira tem sido sempre baseada na existência de saldos positivos. A constituição de prioridades para a despesa e os níveis de solidariedade de grupo são questões que não podem nem devem ser totalmente assumidas pela Fundação mas sim pelos investigadores, seja individualmente ou organizados em grupos ou unidades mais alargadas. É entendimento da Administração da Fundação que estes dois princípios serão vitais para a sobrevivência e desenvolvimento da actividade de I&D no universo da Faculdade de Ciências.

Lisboa, 22 de Setembro de 2011

O Presidente do Conselho de Administração da FFCUL



J. M. Pinto Paixão